

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do EstadoClass.: 184Data: 15.01.92Pg.: 9

# Índios dão ultimato à Funai

## Eles ameaçam retornar amanhã para as terras de onde foram despejados

Os índios guarani e caiuíá despejados da reserva Guassuty, em Aral Moreira, deram um prazo até quinta-feira para a Funai ou Ministério Público Federal conseguirem uma solução jurídica para o impasse. Caso contrário, eles tentarão retornar às terras mesmo que para isso usem da violência. Fontes da Funai informaram que mais de 100 índios de outras reservas se deslocaram até a aldeia de Limão Verde, somente nas últimas 24 horas. Perito de 600 indígenas estariam mobilizados na aldeia em Amambai, segundo estimativa da Funai, que teme um conflito armado.

No início da noite de ontem, um grupo de policiais tentou entrar na aldeia Limão Verde, em Amambai, para resgatar o caminhão que está em poder dos indígenas. O veículo, alugado pelos fazendeiros para ajudar no despejo, foi seqüestrado pelos índios na sexta-feira. Para sua devolução, exigiam a liberação do funcionário da Funai, chefe do Pin (Posto Indígena) na Guassuty, José Antônio Flores. Os policiais não conseguiram de volta o caminhão, mas não há informações de que houve conflito com os índios.

O superintendente da Funai de Cuiabá, Eudes Cardoso de Araújo, que está em Amambai

acompanhando o desenrolar da situação, informou que a Funai conseguiu a liberação do funcionário, no final da tarde, após uma ordem expedida pelo juiz de Direito da Comarca de Amambai, Odenilson Rodrigues, que arbitrou o valor da fiança. José Flores era acusado de obstruir o trabalho da Polícia Militar. Ele estava preso na sede da Polícia Federal de Ponta Porã.

Ontem o Procurador da República em Mato Grosso do Sul, João Heliofar de Jesus Villar, e o setor jurídico da Funai de Brasília, ingressaram com mandados de segurança buscando suspender a liminar concedida pela juíza federal Suzana de Camargo Gomes — que autorizou o despejo —, bem como assegurar o retorno dos índios à reserva Guassuty. Até o início da noite, nenhum dos recursos havia tido resposta do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região de São Paulo.

A Prefeitura de Amambai conseguiu fazer o primeiro atendimento de emergência aos 150 índios despejados, que foram levados à aldeia Limão Verde. O prefeito de Amambai, Anilson Rodrigues Souza, o Prego (PT), autorizou a aquisição, com recursos da administração municipal, de 23 quilos de carne, 23 kg de

feijão, 115 kg de arroz, 24 kg de açúcar, 23 latas de óleo e 70 barras de sabão. As mercadorias foram entregues aos líderes dos guarani e caiuíá, que fizeram a distribuição visando atender os indígenas mais debilitados, principalmente as 30 crianças que fazem parte do grupo. Segundo estimativa de um assessor da Prefeitura, os mantimentos devem durar menos de sete dias. Até agora, cinco dias após o despejo, nenhum órgão do Governo do Estado mostrou disposição em atender as famílias indígenas cuja situação, segundo o mesmo assessor, continua sendo "miserável".

A coordenadora da Kaguateca, entidade que congrega representantes dos índios kaduveo, guarani, terena e caiuíá, Marta Guarani, confirmou em Campo Grande, a possibilidade dos índios usarem da força para retornar à Guassuty. Ela, que é sobrinha do líder indígena Marçal de Souza, assassinado em novembro de 83, contou que recebeu informações de líderes da reserva assegurando que os indígenas estão revoltados com o despejo, e que poderão retornar à reserva, enfrentando os funcionários armados das fazendas, que estão montando guarda nas entradas da reserva.